

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE aponta irregularidades em edital da Saneago

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE), em sessão plenária ontem, entendeu que a Saneago adotou índices de cálculo elevados em edital para contratação de serviços de engenharia para obras de implantação, expansão e manutenção de sistemas de água e esgoto. Segundo a decisão, a irregularidade poderia acarretar em um desequilíbrio econômico-financeiro de quase R\$ 1,3 milhão em desfavor da Administração Pública. O processo foi relatado pelo conselheiro Helder Valin, cujo voto foi acompanhado por unanimidade pelos demais colegas. Além de reconhecer a ilegalidade do procedimento, Valin determinou que seja expedida recomendação à empresa para que adeque os índices utilizados no cálculo dos Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e no Fator K. Explicando: o BDI é o percentual que os construtores colocam sobre o custo direto das obras para preservar a sua margem de lucro na prestação de serviços e pagar despesas indiretas, enquanto que o Fator K envolve todos os custos diretos ou indiretos que o funcionário gera para a empresa. O Serviço de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia-Infraestrutura do TCE verificou que a Saneago utilizou índices de BDI igual a 50,52% e de Fator K em 2,77 no procedimento licitatório em cheque. A orientação do relator é para que seja utilizado BDI em 35,94% e o Fator K em 2,51. Os conselheiros também recomendaram à Saneago que adeque o orçamento à quantidade estimada de profissionais constantes no termo de referência, com a supressão de um técnico de nível médio, e que defina critérios objetivos de medição e faturamento parcial das ordens de serviço a serem exigidas da contratada, para garantia de eficiência e efetividade dos serviços prestados.





Fio Direto

SUELY ARANTES

Desvio

De acordo com investigação do Ministério Público, Jairo Gomes realizou várias despesas com verbas públicas municipais sem a devida prestação de contas, em 2013, quando era diretor do parque. O não fornecimento das informações orçamentárias levou o TCE a imputar, à época, um débito de R\$ 6.593.573,90 ao ex-diretor.

Erro em dobro

O ex-presidente da Agehab, Luiz Stival, foi multado pelo TCE por reincidir em irregularidades nos editais de chamamento público que selecionaram empresas para construção de unidades habitacionais. O processo foi relatado pelo conselheiro Sebastião Tejota e aprovado por unanimidade.

Entenda o caso

Os chamamentos públicos em análise já haviam sido suspensos em sede de cautelar em 2013 e arquivados após a revogação dos certames. Contudo, a Agehab publicou novos chamamentos em substituição aos primeiros, repetindo as irregularidades anteriores. Em seu voto, Tejota ressaltou que "de fato o gestor ousou em reiterar a prática das mesmas irregularidades atrás caracterizadas".



Saneago pagou quase R\$ 200 mil a mais para empresa que promoveu concurso

DA REDAÇÃO

Um pagamento a maior de quase R\$ 200 mil foi observado pelo Serviço de Análise Prévia de Editais e Licitações do Tribunal de Contas do Estado no contrato entre a Saneago e o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão (Ibeg), entidade contratada para a realização do concurso público regulado pelo Edital nº 01, de 26/04/2013. Em acórdão relatado pelo conselheiro Saulo Mesquita em sessão plenária realizada ontem, o TCE-GO converteu o processo de fiscalização em tomada de contas especial para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano decorrente dos pagamentos excedentes.

De acordo com o que foi apurado, o valor arrecadado no concurso foi de R\$ 4.617.969,96. Pelo contrato firmado, caberia à contratada

40% desse montante, o que daria um total de R\$ 1.847.187,98. A Saneago pagou, porém, efetivamente, R\$ 2.009.692,78, um excedente de R\$ 162.504,80. Foi firmado, posteriormente, um termo aditivo de R\$ 490.607,04, quando o máximo permitido por lei seria de R\$ 461.996,99 (25%), gerando outro pagamento a maior, desta vez de R\$ 28.810,05.

Em sua defesa, a Saneago argumentou necessidade de medidas complementares para a finalização do concurso. O TCE-GO, porém, entendeu que o fato reforça a falha de planejamento. Nesse caso, a unidade técnica do Tribunal concluiu pela deficiência do orçamento estimado, uma vez que levou em conta a previsão de 22.500 candidatos, sendo que o número real chegou a 96.299 pessoas inscritas.

Para o relator, isso contribuiu

para a ocorrência dos problemas enfrentados durante a execução do concurso, em especial aqueles relacionados à capacidade da empresa para a execução do objeto contratado. Segundo Mesquita, a Lei nº 8.666/93, a Lei de Licitações, traz dispositivos que exigem a definição de elementos necessário e suficientes, com nível de precisão adequado, com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e a avaliação de custos, com orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

O Acórdão do TCE-GO concedeu prazo de 15 dias para as razões de defesa dos então diretores de Finanças e Relacionamento Júlio César Vaz de Melo, de administração Mauro Henrique Nogueira, e o re-

presentante legal do IBEG. O relator entendeu desnecessária a citação do espólio do ex-presidente da Saneago, José Gomes da Rocha, falecido recentemente, diante da ausência de comprovação quanto à apropriação de recursos públicos.

O Tribunal também vai intimar o atual presidente da Saneago, Marcelo de Mesquita, a respeito das falhas apontadas, com recomendação para que, em concursos futuros, proceda o devido planejamento, em especial quanto à definição de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, baseado nas indicações dos estudos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e a avaliação de custos, com orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

Em sua defesa, a estatal goiana argumentou necessidade de medidas complementares para a finalização do concurso



Saulo Mesquita: apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação dos pagamentos a mais

Divulgação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Vitti defende aprovação da PEC do Orçamento Impositivo até outubro

DA REDAÇÃO

O presidente da Assembleia Legislativa, José Vitti (PSDB), afirmou que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de iniciativa da Mesa Diretora, que institui o Orçamento Impositivo no âmbito da administração estadual, deve ser aprovada antes do encerramento do período eleitoral ou no mais tardar na primeira quinzena de outubro. “Tanto a situação quanto a oposição comungam da importância do orçamento impositivo para a Casa, que deseja e quer aprovar essa matéria”, asseverou.

A PEC, que foi articulada junto aos demais deputados pelo presidente Vitti, propõe alterar os artigos 110 e 111 da Constituição Estadual para tornar obrigatório o Orçamento Impositivo, por meio de emendas parlamentares. A Propositura tramita na Alego por meio do Processo Legislativo nº 2880/18, e foi aprovada durante a reunião desta terça-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ).

Os integrantes da comissão acataram emenda do deputado estadual Helio de Sousa (PSDB) que prevê o período para que o Chefe do Poder Executivo Estadual realize a quitação das emen-



divulgação

Presidente José Vitti: defesa da autonomia do Legislativo

das. Pelo item acrescido pelo parlamentar tucano, o pagamento das mesmas, absorvidas pela Lei Orçamentária Anual (LDO), deve ser realizado no primeiro semestre de cada exercício fiscal. O projeto começou a tramitar na Casa no dia 21 de junho deste ano com o aval dos 41 deputados estaduais.

Como se trata de matéria de consenso o presidente da Casa estima que não haverá dificuldade para sua aprovação. “Se os deputados entenderem que devemos aprovar antes do término do período eleitoral vamos fazer o chamamento para a votação. Caso contrário, na primeira semana após as eleições”, concluiu.



GO tem recorde de exportações

BALANÇA COMERCIAL De janeiro a agosto deste ano, as empresas goianas exportaram US\$ 5,2 bilhões. Destaque para o complexo soja, ferroligas, carne bovina e açúcar; importações somaram US\$ 2,3 bilhões

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

Depois de fechar o último mês de agosto com US\$ 768,9 milhões exportados pelas empresas goianas, um montante recorde para este período, as exportações do Estado já superaram os US\$ 5,2 bilhões este ano, uma marca também histórica nos oito primeiros meses do ano. Com o bom desempenho, até agora, a expectativa da Superintendência de Comércio Exterior da Secretaria Estadual de Desenvolvimento (SED) é de que o Estado feche o ano com um recorde de mais de US\$ 7 bilhões exportados.

Já as importações goianas somaram US\$ 2,3 bilhões de janeiro a agosto. Com isso, o saldo da balança comercial já soma US\$ 2,8 bilhões no ano, outro recorde para o período. Os produtos mais exportados pelas empresas do Estado continuam sendo o complexo soja, as carnes, principalmente a bovina, sulfeto de cobre, as ferroligas, o complexo

Recorde de vendas

O bom desempenho das exportações goianas este ano não está apenas no alto valor exportado, por causa do dólar elevado, mas também no volume de produtos vendidos

Exportações goianas no ano	Valor	Peso líquido
Janeiro-agosto 2017	US\$ 4.677.967.715	8.147.642.124
Janeiro-agosto 2018	US\$ 5.236.408.862	8.732.408.171
Variação	▲ 11,94%	▲ 7,18%

Fonte: SED



Saldo da balança comercial no ano

Janeiro-agosto 2017:
US\$ 2.465.272.760
Janeiro-agosto 2018:
US\$ 2.871.079.383

milho e o açúcar. As exportações do complexo soja tiveram um crescimento de 76,1% e a venda de carne bovina foi 20,7%

malor que em agosto de 2017.

Os países que mais compraram os produtos goianos foram a China, o Irã, Países Baixos (Ho-

landa), Índia e a Espanha. Somente a China importou quase 43% dos produtos goianos que foram vendidos em agosto.

O crescimento do valor exportado pelo Estado não foi resultado apenas do aumento da cotação do dólar, que já ultrapassou os R\$ 4,15. Isso porque o peso líquido das exportações também registrou um valor recorde para o período: 8,7 bilhões de toneladas de janeiro a agosto, um incremento de 7,2% sobre o volume exportado no mesmo período de 2017.

O superintendente executivo de Comércio Exterior da SED, William O'Dweyer, ressaltou que, em agosto, 210 diferentes produtos goianos foram exportados para 87 países diferentes, apesar da grande maioria do volume exportado continuar concentrada no complexo soja, nas carnes e minérios. Somente os grãos, farelo e óleo de soja responderam por quase 50% das vendas externas do Estado. "Diariamente, estamos em contato com representantes de diversos países, mostrando nosso potencial e abrindo portas para colocar mais de nossos produtos no exterior", destaca.





Fotos: André Costa



Tabulação no setor Jardim Floresta, em Goiânia, que ligará os sistemas João Leite e Meia Ponte: integração, que será utilizada para garantir abastecimento, ainda não está concluída

Saneago adia entrega de obra

ABASTECIMENTO Interligação entre sistemas Mauro Borges e Meia Ponte ficou para o dia 27. Saneago garante que vazão de rio está no mesmo patamar que semana passada. Régua mostra índice menor

Fabiana Sousa
fabiana.sousa@opopular.com.br

Em dias de temperatura elevada e baixa umidade do ar, a obra de Integração dos Sistemas Mauro Borges e Meia Ponte, que deverá abastecer Goiânia e Região Metropolitana em caso de baixa vazão da bacia do Meia Ponte, prometida para o início de setembro, ainda não está pronta. O sistema hidráulico tem o objetivo de entrar em funcionamento quando o nível do rio atingir a vazão mínima necessária para o abastecimento da capital, de 1,5 mil litros por segundo (l/s). Nesta semana, o número apresentado pela Saneago foi de 3.015 l/s, sem alterações em relação à semana passada. A informação é questionada por especialistas da área, que duvidam da possibilidade da permanência do nível, visto as alterações climáticas vivenciadas nos últimos dias.

A integração dos dois sistemas permitirá um acréscimo na vazão do Meia Ponte de 800 l/s, o que corresponde a cerca de um terço do que a Saneago precisa hoje para responder à demanda de abastecimento de 2.300 l/s da capital. No entanto, o atraso da obra, segundo a Saneago, não prejudicará a população, visto que o nível do Meia Ponte apresenta uma vazão de 3.015 l/s, número mantido pela companhia nos últimos seis dias. Por outro lado, o especialista em hidrologia e recursos hídricos Marcos Correntino diz que o número é "impossível". "Pela experiência que eu tenho, não tem condições esse número permanecer o mesmo durante tanto tempo", afirma Correntino. "Existem uma série de fatores que causam mudanças, a variação climática, evaporação da bacia. É impossível ficar uma semana marcando a mesma va-

zão", declara. O especialista pontua as altas temperaturas registradas nos termômetros de Goiânia nos últimos dias.

A reportagem esteve na Estação Elevatória do Meia Ponte, local onde acontece a captação e medição do nível da bacia e observou que, na régua usada para marcação do rio, o número apresentado era de 2.600 l/s, diferente do divulgado pela Saneago. Procurada, primeiramente, a companhia afirmou não ter ciência da marcação. Em um segundo contato, a explicação para a diferença no número apresentado na régua e o divulgado oficialmente foi que a Saneago aderiu, há pouco tempo, a um novo sistema de medição, em que técnicos adentram na bacia e fazem a medição através de cálculos. Segundo a Saneago, este método é mais preciso e apresenta melhores resultados. Correntino discorda. "O que está na régua é o que tem que ser levado em consideração", pontua.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) Meia Ponte, Fábio Camargo, diz que a permanência da mesma vazão "causa estranheza". Segundo ele, o CBH fará a medição na próxima semana com sua própria equipe para comparar os

“
Pela experiência que eu tenho, não tem condições esse número permanecer o mesmo durante tanto tempo”

Marcos Correntino,
especialista em hidrologia e recursos hídricos



Centro de Captação de Água no Rio Meia Ponte, no Setor São Domingos

números. "Nós medimos na quinta-feira (6), tinha dado 2.667 l/s. No outro dia a Saneago divulgou que estava em 3.015 l/s de novo", conta. "Como pode subir 400 l/s em um dia nesse tempo?", questiona.

A explicação da Saneago para a permanência do nível é o trabalho de fiscalização desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Secma), que tem evitado pontos irregulares de captação, que prejudicam o abastecimento da bacia do Meia Ponte. Procurada, a Secma não atendeu aos contatos feitos pela reportagem para esclarecer os pontos citados de fiscalização até o fechamento desta edição.

OBRAS

Divulgada em 2017 e iniciada neste ano, a obra, que liga a Estação de Tratamento de Água (ETA) Mauro Borges, no Ribeirão João Leite, à ETA Engenheiro Rodolfo José da Costa e Silva, no Meia Ponte, estava programada para ser entregue no último dia 31 de agosto. Com a conclusão

dos trabalhos, o canal passaria por testes e estaria disponível para utilização a partir do dia 10, última segunda-feira, caso o Meia ponte sofresse com a estagnação.

Contudo, a informação é que a interligação dos sistemas hidráulicos ainda está "em fase de conclusão", por conta de "alterações de planejamento". De acordo com Saneago, 96% do trabalho está concluído e a frente de trabalho está concentrada em "finalizar a interligação de alguns trechos". A conclusão, somada ao período de testes, está programada para o dia 27 de setembro, quando a adutora estará pronta para entrar em operação, caso seja necessário.

A assessoria da Saneago diz que, mesmo com a construção da adutora, a necessidade de consumo consciente de água potável se mantém. "O trabalho de conservação, preservação e recuperação da bacia tem de ser constante. Em um momento de estagnação, a prioridade é o fornecimento para a população. É preciso que todos ajudem", afirma.

Bairros podem ter falta de água

A Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) informou, ontem (12), que vai executar uma manutenção nesta quinta-feira (13), na Estação Elevatória de Água Tratada (ETA) do Meia Ponte, em Goiânia. Com o trabalho, alguns bairros podem ser prejudicados pela falta de água.

De acordo com a companhia, o abastecimento nos setores Jaó e Santa Genoveva, na Região Norte de Goiânia, e parte do Negró de Lima, na Região Central, podem ser afetado no período das 8 às 17 horas.

A normalização do fornecimento de água está prevista para ocorrer ao longo da noite desta quinta-feira. Em nota, a Saneago pede a compreensão da população e alerta para o uso moderado das reservas domiciliares. A última manutenção feita pela companhia na ETA, localizada no Bairro Floresta, afetou 116 bairros das regiões Norte e Sudoeste de Goiânia e região Noroeste de Aparecida. A ETA do Bairro Floresta possui cinco bombas com capacidade para produzir 2.300 litros por segundo (l/s) de água tratada. Também como previsto para essa quinta-feira, o consumo de água foi afetado durante o dia e normalizado no início da noite.

9h

é o período em que o abastecimento de água pode ser afetado nos setores Jaó, Santa Genoveva e Negró de Lima



LICITAÇÃO

Detran publica edital para substituição de placas

Pregão eletrônico será aberto no dia 25. Modificação para o modelo adotado no Mercosul terá de ser feita até dezembro

O edital de licitação para a contratação de uma empresa especializada para a confecção de placas de identificação veicular no Estado foi publicado ontem pelo Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO). O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial do Estado desta quarta.

O pregão eletrônico, do tipo menor preço, será aberto às 9h do dia 25 deste mês. O objeto do edital é o registro de preço para eventual contratação da empresa responsável pela fabricação e pela estampagem de placas com o modelo Mercosul, adotado pelo Brasil, assim como pela logística e

pela distribuição das placas estampadas e lacradas nos veículos. O contrato tem a duração de 30 meses.

Entre as 9h e 10h do dia da abertura, as propostas comerciais deverão ser registradas no site www.comprasnet.go.gov.br. Também nesta data, a documentação das empresas, necessariamente credenciadas ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), deverá ser apresentada na sede do Detran-GO, localizada no Setor Cidade Jardim.

Adotada em todo o País, a mudança das placas de identificação de veículos para o modelo Mercosul terá de ser imple-

mentada até o dia 1º de dezembro deste ano. O assunto tem sido discutido desde 2014, mas, até o momento, apenas o Estado do Rio de Janeiro começou a ação, tendo iniciado nesta semana o emplantamento.

Com a adesão, os veículos zero quilômetro passarão a sair de concessionárias identificados com o novo molde. Entre os usados, a alteração será gradual, com trocas de placas no momento de transferências domiciliares ou em caso de dano. De acordo com o Detran-GO, o valor das placas deverá ser igual ou inferior ao já aplicado, que corresponde a R\$190,40.